



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO A DIRETORIA

NÚMERO: 143/2025

**OBJETO:** PROPOSTA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO – SÃO PAULO S/A PARA PROMOVER A ADOÇÃO DOS PARÂMETROS OPERACIONAIS DA 5ª ETAPA DO PROGRAMA DE CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS (PROCROFE)

**ORIGEM:** SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA (SUROD)

**PROCESSO (S):** 50505.017694/2025-78

**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** PARECER REFERENCIAL n. 00006/2025/PF-ANTT/PGF/AGU

**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO - PELA APROVAÇÃO

## EMENTA

**PROPOSTA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO EDITAL Nº 003/2021, A SER CELEBRADO ENTRE A ANTT E A CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO – SÃO PAULO S/A (CCR RIO SP). NECESSIDADE DE PROMOVER A ADOÇÃO DOS PARÂMETROS OPERACIONAIS DA 5ª ETAPA DO PROGRAMA DE CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS (PROCROFE). RELATOR ENCAMINHA À VOTAÇÃO, PELA APROVAÇÃO.**

### 1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da proposta de celebração de Termo Aditivo ao [Contrato do Edital de Concessão nº 003/2021](#), a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A (CCR RioSP), que tem como objeto a alteração do Programa de Exploração da Rodovia, anexo ao referido contrato, a fim de promover a adoção dos parâmetros operacionais da 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE)

### 2. DOS FATOS

2.1. Em 28/03/2025, a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A (CCR RioSP) manifestou seu interesse em aderir à padronização dos parâmetros operacionais relativos aos tempos de atendimento médico de emergência e socorro mecânico, utilizando como referência o Contrato do Edital de Concessão nº 02/2024 – "Rota dos Cristais", conforme o a Carta RS-ADC-0608/2025 (SEI nº 30918395).

2.2. Após analisar o pleito, a Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) elaborou uma minuta de Termo Aditivo (SEI nº 33865518) e a submeteu à apreciação da Concessionária CCR RioSP, conforme o Ofício nº 26266/2025/COGIP/GEGR/SUROD/DIR-ANTT de 15/07/2025 (SEI nº 33865539).

2.3. Recepcionado o Ofício, a Concessionária respondeu por meio da Carta RS-ADC-1390/2025 (SEI nº 33996237), de 21/07/2025, apresentando manifestação favorável à celebração do Termo Aditivo proposto, nos termos da minuta apresentada.

2.4. Instada a se manifestar sobre a matéria no âmbito do contrato da Concessionária Nova Rota do Oeste (Processo nº 50500.053610/2024-29), a Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT) exarou o Parecer Referencial nº 00006/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 35225955), concluindo pela juridicidade da minuta e reconhecendo o aditivo como instrumento adequado para a formalização da alteração de tais parâmetros operacionais. Ao emitir uma manifestação referencial, a PF-ANTT deixou claro que os futuros aditivos contratuais que guardassem relação inequívoca e direta com a abordagem realizada no referido Parecer poderiam, a partir daquele momento, ser dispensados de nova submissão àquela Procuradoria Federal, desde que a SUROD atestasse que a situação concreta se amolda aos termos desse opinativo.

2.5. Assim, considerando que manifestação emitida como parecer referencial pode ser aplicada a outros contratos em situação análoga, a SUROD adotou no processo em questão a orientação jurídica constante da manifestação da PF-ANTT supracitada.

2.6. Tratando-se de manifestação referencial, os futuros aditivos contratuais que guardarem relação inequívoca e direta com a abordagem aqui realizada poderão, de agora em diante, ser dispensados de nova submissão a esta Procuradoria Federal, desde que a SUROD ateste que a situação concreta se amolda aos termos deste opinativo

2.7. Em 08/09/2025, a SUROD finalizou a análise do pleito por meio da Nota Técnica nº 8758/2025/COGIP/GEGR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 35011613), concluindo pela aplicabilidade, por analogia, do Parecer Referencial nº 00006/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 35225955), de 26/04/2025, constante do Processo nº 50500.053610/2024-29, ao caso em exame. Tal entendimento está em consonância com o objeto descrito no Item I desta Nota Técnica, sendo plenamente aplicável à minuta de Termo Aditivo (SEI nº 35009418) proposta para o [Contrato do Edital de Concessão nº 003/2021](#), por tratar de tema análogo.

2.8. No mesmo dia 08/09/2025, em atendimento o art. 39, § 2º, inciso I, do Regimento Interno da ANTT e em consonância com o art. 4º da Instrução Normativa 12/2022, o Superintendente assinou o Relatório à Diretoria SEI nº 428/2025 (SEI nº 35010203), encaminhando para apreciação da Diretoria a proposta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 003/2021, nos termos da Minuta de Termo Aditivo acostada aos autos (SEI nº 35009418).

2.9. Também seguiram com o Relatório supracitado as minutas de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 35009434) e de Deliberação (SEI nº 35010011), bem como o Despacho de Instrução (SEI nº 35323178), por meio do qual é informado que "o processo reúne as condições previstas no § 1º do art. 39 do Regimento Interno, que o torna apto para ser sorteado entre os Diretores".

2.10. Ainda em 08/09/2025, o Chefe de Gabinete do Diretor-Geral encaminhou os autos à Secretaria-Geral para inclusão do processo na pauta de sorteio, conforme consta no Despacho (SEI nº 35453643).

2.11. Por fim, os autos foram distribuídos a esta Diretoria no mesmo dia, conforme consta na Certidão de Distribuição constante dos autos (SEI nº 35465265).

2.12. São os fatos. Passa-se à análise.

### 3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. A matéria foi analisada pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD em cumprimento ao disposto no Art. 32, inciso XII do Regimento Interno da ANTT, conforme a [Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022](#).

*Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária*

*Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:*

*(...)*

*XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão; (Redação dada pela [Resolução 6017/2023/DG/ANTT/MT](#))*

- 3.2. A matéria vem à apreciação desta Diretoria com vistas a alterar os Parâmetros Operacionais do [Programa de Exploração da Rodovia \(PER\)](#), anexo ao [Contrato do Edital de Concessão nº 003/2021](#), a fim de adotar os Parâmetros Operacionais de 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE).
- 3.3. A inclusão do objeto no Termo Aditivo é fundamental para manter a consistência e legalidade do contrato original. Ao definir claramente um objeto, delimita-se, de comum acordo, o que será modificado no PER, assim as partes envolvidas têm uma compreensão precisa do propósito e das cláusulas adicionais acordadas.
- 3.4. A delimitação do objeto evita ambiguidades e garante que as alterações ou acréscimos no Programa de Exploração da Rodovia - PER sejam, objetivamente, identificados e aplicados.
- 3.5. Considerando, ainda, que tais parâmetros representam o padrão atual adotado pela ANTT de forma linear nos contratos de concessão mais recentes, a análise técnica pela SUOD pôde ser simplificada, não havendo sido identificadas eventuais peculiaridades ou circunstâncias excepcionais que pudessem obstar sua aplicação a esta concessão específica, além do que, o fato de a própria concessionária ter manifestado interesse na modernização sugere sua capacidade técnica e operacional para implementação dos novos parâmetros.
- 3.6. A alteração contratual se refere aos itens 3.4.4.2 e 3.4.4.3 do [Programa de Exploração da Rodovia \(PER\)](#), que passam a vigorar com nova redação, com o objetivo de adequá-los aos Parâmetros Operacionais adotados na 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE).
- 3.7. Vale ressaltar que não é necessário apurar valores financeiros, tendo em vista que os encargos, riscos, quantidades, prazos e custos aos Parâmetros Operacionais do PER serão mantidos e continuarão sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
- 3.8. A cláusula da vigência e publicação delimita o momento em que o Termo Aditivo passa a ter eficácia plena e, desta forma, está apto a produzir efeitos. A publicação adequada do Termo Aditivo proporciona transparência e acessibilidade às alterações acordadas.
- 3.9. Após consulta jurídica à Procuradoria Federal junto à ANTT (PF/ANTT) realizada no bojo do Processo nº 50500.028011/2024-77, acerca da aplicabilidade na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, [Lei nº 14.133/21](#), aos Contratos de Concessão, conforme orientação, a SUOD alterou a cláusula de *vigência e publicação* para atender a nova condição de eficácia.
- 3.10. No seu Parecer Referencial nº 0006/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 35225955), proferido em 16/05/2025, a PF/ANTT apresentou a análise jurídica da minuta, nos seguintes termos:

(...)

18. Pois bem. A Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, autoriza a adoção de manifestação jurídica referencial, dispensando-se a análise individualizada de matérias que envolvam questões jurídicas idênticas e recorrentes, nos seguintes termos:

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

19. Nesse contexto, parece sim adequada a elaboração de manifestação jurídica referencial que oriente a Administração e confira segurança jurídica à sua atuação. Tal manifestação dispensaria a análise individualizada desses processos pelo órgão de consultoria jurídica, a menos que sobrevenha dúvida jurídica específica, oportunidade em que esta Procuradoria sempre poderá ser chamada a se manifestar.

20. Sugerimos, assim, a adoção da presente manifestação jurídica como referencial para processos semelhantes, condicionada à expressa declaração da área técnica de que o caso concreto se enquadra nos parâmetros estabelecidos neste documento.

## **2.2. Da revisão quinquenal**

21. A alteração contratual ora em questão decorre da aprovação da 1ª Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão referente ao Edital nº 003/2013 que, além dos parâmetros de atendimento operacionais objeto destes autos, promoveu inclusão de obrigação de executar novas obras e modificação de parâmetros de desempenho de pavimento.

22. É sabido que a revisão quinquenal constitui mecanismo contratual que permite à Agência Reguladora promover ajustes periódicos nas obrigações da Concessionária, adequando-as à evolução das técnicas e metodologias relacionadas à prestação do serviço concedido. Como destacado no Parecer nº 00022/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (mencionado na Nota Técnica COFOR), a atualização tecnológica e metodológica constitui função precípua do instrumento revisional, a permitir que contratos mais antigos possam se beneficiar dos aprimoramentos desenvolvidos pela Agência ao longo do programa de concessões.

23. Neste mesmo Parecer, esta Procuradoria Federal havia ponderado acerca da importância de uma padronização dos parâmetros de atendimento operacionais, a partir do pressuposto de que tais novos parâmetros e exigências representavam um aprimoramento metodológico baseado no aprendizado acumulado pela Agência na gestão de concessões, que refletiriam um maior alinhamento às necessidades operacionais mais atuais e à eficiência regulatória.

24. É o que se faz agora: incorporação dos parâmetros operacionais mais modernos, adotados pela ANTT nos contratos de 5ª etapas do PROCROFE, o que representa justamente o tipo de modernização contratual que as revisões quinquenais visam proporcionar.

3.11. Neste sentido, A PF/ANTT opinou pela regularidade jurídica da minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão analisada no âmbito do Processo nº 50500.009942/2025-57. Ressaltou, ainda, que, por se tratar de manifestação referencial, futuros aditivos contratuais que guardem relação inequívoca e direta com a abordagem exposta poderão ser dispensados de nova submissão à Procuradoria Federal, desde que a SUOD ateste a conformidade da situação concreta com os termos opinados no referido processo.

3.12. Dessa forma, verifica-se que a minuta de Termo Aditivo ora proposta apresenta similaridade com aquela examinada no Parecer Referencial nº 0006/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 35225955), cuja cópia encontra-se anexada ao presente processo, além de contar com a concordância da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A (CCR RioSP).

3.13. Assim, considerando que a proposta está devidamente motivada e analisada pela SUOD, contando com respaldo legal, contratual e regulamentar, além de ter sido aceita pela Concessionária CCR RioSP, proponho a celebração da proposta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 003/2021 nos termos da minuta acostada aos autos (SEI nº 36243834).

## **4. DA PROPOSIÇÃO FINAL**

4.1. Ante o exposto, considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas no processo, VOTO por aprovar a proposta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente ao Edital nº 003/2021, entre a ANTT e a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A (CCR RioSP), que tem como objeto a alteração do Programa de Exploração da Rodovia, anexo ao referido contrato, a fim de promover a adoção dos parâmetros operacionais da 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE), nos termos das minutas de Termo Aditivo (SEI nº 36243834), de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 36243854) e de Deliberação (SEI nº 36243858) acostadas aos autos.

Brasília, 06 de outubro de 2025.

(assinado eletronicamente)

Lucas Asfor Rocha Lima  
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, **Diretor**, em 06/10/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36243807** e o código CRC **D5810491**.

Referência: Processo nº 50505.017694/2025-78

SEI nº 36243807

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)